

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O CONFLITO. A CONSTRUÇÃO DA PAZ E O AMBIENTE. OPORTUNIDADES PARA A REFORMA DO SETOR DE SEGURANÇA

ANTÓNIO MARTINS PEREIRA

martinspereira.a@gmail.com

Tenente-General, Exército (Portugal). Ativo até 10Nov2023. Estudante de doutoramento Universidade Nova de Lisboa. <https://www.cienciavita.pt/portal/E01A-A6F0-2798>
<https://orcid.org/0009-0001-3021-1330>.

Resumo

Este estudo visa compreender e explorar os conceitos de Segurança Ambiental e da Construção da Paz Ambiental, com vista a identificar as oportunidades de envolvimento e integração entre a Reforma do Setor de Segurança e a Construção da Paz Ambiental. Argumentamos que a Reforma do Setor de Segurança, em contextos de fragilidade e conflito, enfrenta a interação sistemo-dependente dos impactos dos fatores do nexo mudança climática-conflito, pelo que deve desenvolver o seu modelo de atuação em alinhamento com as tendências de adaptação e evolução da forma de atuar da Construção da Paz Ambiental. Cientes que a Segurança Ambiental enfrenta o que já se considera uma ameaça global existencial, com o dever de proteger e de cuidar de humanos e não humanos e tendo verificado que as tendências de evolução da Construção da Paz Ambiental e da Reforma do Setor de Segurança são similares e suscetíveis de alinhamento, concluímos pela oportunidade do seu envolvimento e integração, naqueles contextos, devendo tal ser trabalhado e desenvolvido por pesquisadores e praticantes, no futuro.

Palavras-chave

Mudanças Climáticas, Segurança, Construção da Paz, Reforma do Setor de Segurança, Conflito.

Abstract

This study aims to understand and explore the concepts of Environmental Security and Environmental Peacebuilding, in view of identifying opportunities for engagement and integration between Security Sector Reform and Environmental Peacebuilding. We argue that Security Sector Reform, in contexts of fragility and conflict, faces the systemic-dependent interaction of impacts from the factors of the climate change-conflict nexus, so it must develop its model of action in alignment with the trends of adaptation and evolution of the way of acting of Environmental Peacebuilding. Aware that Environmental Security faces what is already considered an existential global threat with the duty to protect and care for humans and non-humans and having verified that the evolution trends of Environmental Peacebuilding and Security Sector Reform are similar and susceptible to alignment, we conclude that it is appropriate their engagement and integration, in that contexts, and this should be worked on and developed by researchers and practitioners in the future.



Keywords

Climate Change, Environmental Security, Environmental Peacebuilding, Security Sector Reform, Conflict.

Como citar este artigo

Pereira, António Martins (2025). As mudanças climáticas e o conflito. A construção da paz e o ambiente. Oportunidades para a reforma do setor de segurança. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL15 N2, TD3 – Dossiê Temático – Clima e Segurança. Abril 2025, pp. 159-183. DOI <https://doi.org/10.26619/1647-7251.DT0225.8>.

Artigo submetido em 21 de março de 2025 e aceite para publicação em 25 de março de 2025.





AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O CONFLITO. A CONSTRUÇÃO DA PAZ E O AMBIENTE. OPORTUNIDADES PARA A REFORMA DO SETOR DE SEGURANÇA.

ANTÓNIO MARTINS PEREIRA

Introdução

O clima e a segurança estão inapelavelmente ligados à vida humana. Ainda que os entendamos inseridos e contidos, o clima, na natureza e na geografia, e a segurança, nos enredos da governação em face do território, da população e dos interesses nacionais ou da conjuntura internacional, estas duas áreas têm vindo a afirmar-se como variáveis envolventes influentes, mais ou menos determinantes para o indivíduo e para a sociedade onde este se insere. E se durante algumas décadas, a humanidade foi alienando ou adiando essa envolvência e influência, foi porque a estabilidade era uma realidade mais palpável que permitiu o seu progresso e desenvolvimento.

Porém, fruto de mudanças na natureza, que sabemos que ocorriam, aleatoriamente, pois desconhecíamos, e ainda muito desconhecemos, da sua lógica ou conceção, assim como da incerteza e de alteridades quanto a atores, contextos e valores no que respeita à segurança, esta alargou as dimensões (Buzan, 2006) e o seu objeto referente¹, identificando riscos e ameaças que põem em causa a liberdade individual, dando ênfase ao conceito de “segurança humana”. A globalização trouxe ao nosso dia-a-dia a “mudança climática” pelo insólito, grandeza ou maior persistência dos seus grandes eventos e dos alertas das “comunidades epistémicas”². Ora, a estabilidade alterou-se e

¹ Para Ole Wæver, o processo de securitização verifica-se quando se constrói um sistema de segurança face a uma ameaça contra um objeto (objeto referente) que é necessário proteger e que é declarada por um agente (ator securitizador) através de um “speech act” para justificar ações e os sacrifícios necessários para lhe fazer frente e onde os atores funcionais procuram influenciar este processo (1998). A securitização das mudanças climáticas é um processo em curso em muitos Estados (Diez, von Lucke e Wellman, 2016).

² Este conceito foi operacionalizado por Peter Haas e Emmanuel Adler como “rede de profissionais com experiência e competência reconhecidas num domínio específico e uma reivindicação autorizada de conhecimentos relevantes para as políticas nesse domínio ou área de questão” (Cross, 2013). Neste caso, poderemos citar a título de exemplo, entre muitas, o *Expert Group Deliberation on Climate Change and Conflict* que se reuniu na Universidade de Stanford em dezembro de 2017, o *Anthropocene Working Group of Subcommission on Quaternary Stratigraphy (SQS)* um órgão da *International Commission on Stratigraphy*, da *International Union of Geological Sciences (IUGS)*, representantes e membros do *United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNISDR)* no quadro do Sendai Framework e obviamente o *Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)* estabelecido pela *United Nations Environment Programme (UNEP)* e pela *World Meteorological Organization (WMO)* in 1988.



os stresses estão aí e obviamente a ligação entre a mudança climática e a segurança é uma realidade³ instável que exige ação de diversa ordem, sobretudo na perspectiva da mitigação de efeitos e adaptação. Estas mudanças, impactos e medidas de mitigação e adaptação têm vindo a ser reiteradamente indicadas nas várias avaliações multi-volume efetuadas pelo Intergovernmental Panel on Climate Change⁴ [IPCC] (2014; 2022; 2023).

Se a questão da ligação clima-segurança suscitou controvérsia e ainda não gerou suficiente consenso na comunidade académica, o nexos alteração climática-conflito também não é pacífico, nem apresenta uma evidência “robusta” e “consistente” (Gleditsch & Nordäs, 2014, p. 82) ainda que assumido na 5ª avaliação (AR5) no volume do grupo de trabalho II (WGII/IPCC) que as mudanças climáticas “ameaçam” a segurança humana (IPCC, 2014, p. 762). Sabemos porém que o conceito de segurança humana envolve dimensões bem mais amplas⁵ e foca-se mais no indivíduo, enquanto o conceito de conflito é mais social e no caso do conflito armado temos bases legais mais pronunciadas, o que dirime consensos. Talvez por isso, apesar de o termo “segurança” aparecer 2324 vezes e “conflito” 1089 vezes, no volume do WGII/IPCC (IPCC, 2022) estes nexos não são assumidos de forma consistente e robusta, mas são apresentados, sobretudo o relativo ao conflito, sendo citados abundantemente os trabalhos científicos que os aduzem. Todavia alerta-se que a “literatura” aponta, com média confiança, mais para a “influência do clima na dinâmica do conflito” do que potencia “o surto inicial do conflito” relevando a baixa confiança deste particular e não se vislumbra “evidências suficientes no momento para atribuir o conflito armado às mudanças climáticas induzidas pelo homem” (IPCC, 2022, p. 53). Portanto, é nesta perspectiva que a investigação científica tem trabalhado, buscando evidências, aconselhando políticas e a sua aplicação em contextos onde o conflito existe ou a fragilidade do contexto o torna provável ou recorrente e primam por uma ausência de “paz positiva” (justiça social) (Galtung, 1969, pp. 167-191).

³ Tendo tido o primeiro debate, em 2007, sobre este assunto, só em 2011, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas admitiu finalmente a possibilidade de que “... efeitos adversos das alterações climáticas podem, a longo prazo, agravar certas ameaças existentes à paz e à segurança internacionais.” (Organização das Nações Unidas [ONU], 2011) na sequência de várias Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 2009 e do Relatório do Secretário Geral das Nações Unidas (ONU, 2009). Até hoje, não há uma clara posição do Conselho de Segurança da ONU.

⁴ A Assembleia Geral da ONU endossou, em 1988, a ação da UNEP e da WMO para estabelecer conjuntamente o IPCC, como principal órgão internacional para avaliação das mudanças climáticas e dotar o mundo de uma visão científica sobre mudanças climáticas, respetivos impactos e riscos ambientais e socioeconómicos. Está organizado em 3 “Working Groups” (WG)-WGI- Base da Ciência Física das Mudanças Climáticas; WG II - Impactos das Mudanças Climáticas, Adaptação e Vulnerabilidade; WG III-Mitigação das Mudanças Climáticas; e uma Força-Tarefa, para desenvolver Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa, que são apoiados por Unidades de Suporte Técnico (TSUs) (IPCC, 2025).

⁵ O Relatório de 1994 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) considera um conceito de segurança humana, focado no indivíduo que participa na sua segurança e na da sua comunidade, multidimensional, identificando como componentes sete dimensões interdependentes,: i) Segurança económica, ligada à garantia de com meio de subsistência básico; ii)Segurança alimentar, pelo acesso a alimentos básicos); iii) Segurança sanitária, referente a saúde pessoal e saúde pública; iv) Segurança ambiental, na protecção contra doenças ou eventos naturais e escassez de recursos decorrente da degradação ambiental; v) Segurança pessoal, através da segurança física contra a violência e abusos de vários níveis (doméstico, de direitos humanos, infantil, drogas, etc.); vi) Segurança comunitária, como proteção contra práticas comunitárias opressivas e conflitos étnicos; vii) Segurança política, que exige a liberdade da opressão do Estado e de abusos dos direitos humanos. (United Nations Development Program [UNDP], 1994).



E é aqui que a construção da paz, “*Peacebuilding*”, (PB), tem estado presente em intervenções internacionais nos Estados em Situação de Fragilidade (ESF) afetados por conflito, procurando a resolução do conflito, com ausência da violência física, especialmente, através de técnicas de “*Peacekeeping*” (PK), mas também na busca de uma situação de paz pensada mais no longo termo, na justiça social, na sustentabilidade e na estabilidade. Na sua maioria, contemplam a inserção da componente da reforma do setor de segurança (RSS) (Pereira, 2014), atentos os seus objetivos e princípios de atuação e reivindicando onexo entre o desenvolvimento e a segurança (World Bank [WB], 2011, p. 145).

Ora como nos recorda Ide et al. (2021, p. 1) “A construção da paz ambiental (environmental peacebuilding – EPB) emergiu desse amplo campo de meio ambiente, conflito e paz, tecendo uma série de tópicos relacionados que abordam tanto os riscos ambientais de conflito quanto as oportunidades ambientais para a paz” alimentando-se do clima de debate de 2007 provocado pela atribuição do Nobel da Paz a Al Gore e ao IPCC e fundando-se na discussão académica do uso dos recursos naturais e minerais para alimentar os conflitos. Tornou-se cada vez mais abrangente ao contemplar áreas sobre o impacto da guerra no ambiente, a dinâmica dos grandes eventos e desastres e os conflitos, o papel dos fatores ambientais nas negociações de paz, da cooperação em recursos naturais compartilhados, e os vínculos entre construção da paz pós-conflito, resiliência climática e gestão de recursos naturais (Ide et al. 2021).

Assim, o objetivo que constitui a nossa questão central neste trabalho é a de identificar as oportunidades para a RSS, no âmbito do EPB, em contextos de fragilidade em conflito ou pós conflito. Para tal, procuramos, no início do estudo, compreender, como se relacionam as alterações climáticas, a segurança e o conflito, de seguida, perscrutar a evolução no domínio do EPB, e terminar com a verificação das oportunidades para a SSR nestes domínios, no quadro da atualidade. Porque nos encontramos no âmbito das Relações Internacionais (RI), abordaremos sempre que possível a perspetiva das teorias das RI, que nos ajudarão a situar em termos da epistemologia e metodologia.

Assentamos a metodologia do nosso estudo numa pesquisa bibliográfica alargada, procurando compreender como surgiu o conceito de segurança ambiental, no quadro da evolução concetual da segurança, se existiam estudos da sua securitização e que evidências apresenta. Pesquisamos também as evidências sobre os nexos clima-segurança e mudança climática-conflito, apoiando-nos em análises já existentes sobre estes nexos nos Relatórios do IPCC da 3ª à 5ª Avaliação, portanto até 2014. Complementamos com uma análise aos relatórios da 6ª. Avaliação, utilizando uma estratégia mista. Quantitativa, ao analisar o volume de tratamento dos termos segurança e conflito e qualitativa na perspetiva do tipo de evidências indicadas e da base científica apresentada. No ponto referente à EPB, procuramos responder à questão derivada de como se integraram as ações típicas da PB, na perspetiva ambiental, num quadro de interação sistemo-dependente dos fatores presentes nonexo mudança climática-conflito de elevada complexidade e incerteza. Através da evolução do conceito foi possível identificar e caracterizar as dimensões abordagens tipo e tendências de evolução o que utilizando o método dedutivo procuramos identificar se a lógica daquela aplicação tinha



paralelo e, em que termos com a evolução, problemática atual e tendências de evolução da RSS em contextos de fragilidade e conflito. Tal permitiu-nos responder à questão central sobre quais as oportunidades da RSS, de envolvimento e integração com a EPB, na atualidade e que desenvolvimento se apontava no futuro.

As Mudanças Climáticas, a Segurança e os Conflitos

Segundo uma perspectiva linguística, o termo segurança, poderá vir de “securare” no sentido de termos “cuidado” perante um perigo ou ameaça e é nesse sentido de garantir a sobrevivência dos elementos do Estado (território, governo, população) e respetivos interesses que os militares, tradicionalmente, assumem a importância do “cuidar” e de “ter cuidado” com o que aí vem. É um “estado” ou uma “condição” em que se assume uma ausência de danos (Couto, 2023). Essa ausência de danos foca-se no chamado objeto referente que pretendemos proteger de um conjunto de ameaças que importa identificar, caracterizar, aquilatar nas suas capacidades de infringir dano e na intenção para tal acontecer, e, obviamente, dos atores com responsabilidade para garantir as ações e os meios para o efetuar. No fundo, em termos da Escola de Copenhaga⁶, efetuar a sua “securitização” (Weaver, 1998). Ainda que tratado desta forma simples, o conceito de segurança assume uma relevante complexidade nas dimensões que preconiza e fundamenta-se em pressupostos ontológicos, epistemológicos, éticos e políticos e segundo Buzan é um “conceito difícil” não mais do que outros como o “poder, justiça, paz, igualdade, amor ou liberdade” que se assumem, na ideia de W. J. Gallie, como “conceitos essencialmente contestados” em que os elementos ideológicos de cariz mais abstrato dificultam as evidências empíricas, alargando os debates e a discussão académica, assim como a contestação de políticos e praticantes, o que o torna um conceito “intensamente político” (Buzan, 1991, p.12).

Ao longo do século passado, as questões de segurança centraram-se muito na segurança nacional, numa perspectiva da Teoria Realista e mesmo, nos anos 80, Kenneth Waltz, numa visão neorealista defendia que perante a anarquia no sistema internacional, a segurança era o fim mais elevado e os Estados são impelidos para buscar a sua segurança (1979, p. 126). Buzan traz à colação que apesar de sobrevivência ser a “bottom line”, surge por vezes nas condições da sua existência a dissonância entre estado e sociedade, referindo também a importância das “coletividades humanas” como nível de análise e agregando os fatores suscetíveis de as afetar em cinco áreas ou componentes – a militar,

⁶ A Escola de Copenhaga ficou conhecida pela abordagem de segurança de forma multisetorial, pela teoria da securitização e por conceitos como segurança societal e complexo regional de segurança, tendo em Buzan e Weaver os seus mais conhecidos representantes. Bastante ancorada nos estudos de segurança e processos empíricos no quadro da segurança europeia, é vista como uma espécie de meio caminho ou de síntese (Duque, 2009) entre posições mais racionalistas como a visão neorealista da segurança, que não perdendo as bases realistas da segurança concebe a importância da sociedade nos processos de segurança (Buzan) e, por outro lado, a abordagem mais reflexivista da visão construtivista (Weaver). Sujeita a várias críticas, diríamos que se centram mais na dimensão política, isto é por um lado numa diminuição do primado político, ao conceber a segurança no sentido alargado, e adicionar novos níveis de análise e, por outro, na atribuição da responsabilidade da execução ou do controlo do “speech act” no processo de securitização ao nível político, para legitimar a ameaça como algo de que a sociedade se tem que proteger. A pesquisa científica tem explorado e inovado nestes conceitos.



a política, a económica, a societal e a ambiental, alargando assim as dimensões da problemática de segurança onde cada uma tem o seu foco e a sua prioridade, mas estão interligadas (1991, pp.19-20). Esta visão e a perceção de outros riscos e ameaças, em cada um destes campos suscitou novas tipologias de segurança em que o objeto referente se move para além do Estado, configurando a segurança humana, mais focada no indivíduo e nas condições de existência, baseada nos famosos pilares – “freedom from fear, freedom from want, and freedom from ecological hazards”- onde o desenvolvimento sustentável prefigura a necessidade da segurança ambiental, deslocando também o objeto referente, mas sem um exato e fácil posicionamento.

Ora a primeira, segurança humana, foi-se afirmando na agenda internacional focando-se primeiro nas questões do desenvolvimento, a que os relatórios da Comissão Brandt, em 1980, (WB, 2011) e o do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) sobre o desenvolvimento humano de 1994 (United Nations Development Program UNDP], 1994) tanto ajudaram a movimentar o objeto referente para o “indivíduo”. Na questão das ameaças e riscos os relatórios da ONU como a “*UN High-level report on Threats, Challenges*” de 2004 e o “*Larger Freedom*” de 2005, apontam para um conceito de ameaça mais aberto e global, já reivindicado por Jessica Mathews (1989) mas também por Terrenas & Pereira, em que fruto da contestação e do aprofundamento e alargamento da segurança vêm desaguar em conceitos alargados de segurança como “... a segurança humana, segurança global, segurança positiva, segurança comum, segurança societal ou segurança ontológica.” (2022, p. 204). A esta surge associado o nexos desenvolvimento-segurança a ser consagrado pelo Banco mundial em 2011(WB, 2011). Este processo de inclusão na agenda de segurança global de ameaças não tradicionais, como as migrações, escassez de recursos energéticos, epidemias, muitas como consequência das dinâmicas da fragilidade ou falência de estados do famoso “Bottom Million”⁷ (Collier, 2007) , vem desembocar em “ conceitos alternativos de segurança – segurança energética, segurança alimentar, segurança sanitária - associando assim ambiente e segurança (Terrenas & Pereira, 2022, p. 204).

O relatório Brundtland (World Commission on Environment and Development [WCED], 1987) defende o desenvolvimento sustentável como resposta à degradação e crise ambiental do planeta que se assume como produtora ou fonte de efeitos como milhões de refugiados, tensões e conflitos internos traduzindo-se em fragilidade que afetam a segurança internacional e faz emergir a segurança ambiental. A “proteção de processos e condições planetários” em causa nessas crises desembocaria na “segurança ambiental” (Terrenas & Pereira, 2022, p. 204) que vem mais tarde, numa “ agenda maximalista” da segurança humana incluir as alterações climáticas e o recuo na biodiversidade e associar ambiente e segurança nacional onde o objeto referente são grupos e comunidades vulneráveis, “desmistificando a primazia do Estado nos conceitos tradicionais da segurança” (Terrenas & Pereira, 2022, p. 208). Segundo estes autores, porém tal não é suficiente para as questões levantadas na atual era geológica, que consideram ser já o

⁷ A prevalência do conflito em ESF, que Paul Collier desenvolve, surge ligada à noção de “conflict trap”, isto é, o ciclo de violência é a armadilha de que as populações e estes países têm dificuldade de sair. Na sua tese, defende um papel importante para as intervenções militares (2007, pp.x-xii).



Antropoceno⁸, pois estes conceitos mantêm o foco no elemento humano (antropocentrismo⁹) e um “dualismo entre a natureza e a humanidade” que “reificam a superioridade moral do ser humano em relação a outras espécies” e concebem “a natureza como mero instrumento das sociedades humanas”. Defendem que o Antropoceno deve ser uma “oportunidade para pensar” a proteção além do elemento humano, numa conceção coletiva de segurança como “cuidado” que responda a questões de qual o objeto referente, com que meios e de quem a responsabilidade, citando (Harrington & Shearing, 2017). Numa “segunda visão pós-antropocêntrica” numa “perspetiva construtivista” de “construção discursiva”, consideram a segurança ecológica de (McDonald, 2021) que “defende a proteção da resiliência e funcionalidade dos ecossistemas como a estratégia mais adequada e eficiente para reduzir a insegurança” das “populações humanas” com ênfase nos grupos e comunidades ... de maior vulnerabilidade”. Dessa forma ultrapassam-se os discursos atuais i) que associam a segurança ambiental à segurança nacional, em que as alterações climáticas são multiplicadores que tendem a exacerbar tensões e conflitos e condicionam os meios militares, ou ii) que ligam a segurança ambiental à segurança humana na agenda do desenvolvimento, ou ainda iii) na interligação das anteriores, vêem o problema ambiental como uma potencial ameaça à paz e segurança internacional que desencadeará conflitos inter-étnicos e/ou grandes migrações internas e externas (2022, pp. 209-216).

Nesta linha, surgiram também os conceitos de segurança pós-humana, com posições abrangentes e até extremadas, de que relevamos as contribuições de Audra Mitchel (2017) e em especial as de Erika Cudworth e Stephen Hobden (2017; 2018) pela sua ligação à questão ambiental. Esta última, apoia-se nas ideias de Jane Bennet de que uma distribuição da capacidade de agir - “agency” - desafiará o antropocentrismo político e nas contribuições da Teoria de Atores em Rede de Bruno Latour¹⁰. De uma forma inovadora, utilizaram noções da teoria de complexidade, de “sistemas coexistentes, de inter-relação e multinível” no “estudo dos sistemas de dominação social” (e.g. colonialismo, capitalismo e patriarcado) mas também da utilização de elementos não humanos, animais na guerra, nas suas várias funções ou em experiências científicas para “perceber a sua profundidade ontológica”, transpondo-a para o “ecologismo complexo” que pressupõe uma “configuração dinâmica” a co-constituição e co-evolução dos sistemas sociais e naturais,” estimulando assim a compreensão, o afecto, a ideia do “biopoder” de Foucault, mas também a fragilidade da humanidade, quando “embutida em relações de dependência com o mundo não humano”. Assim, seguem a sugestão de Cary Wolfe (2008) de que o pós-humano considera os desafios de uma “divisão ontológica e ética entre humanos e não-humanos” da modernidade e do “compartilhar”

⁸ O Antropoceno, como classificação duma era geológica está já submetida ao SGS/IUGS, todavia com a publicação do Relatório do PNUD de 2020, “The next frontier. Human development and the Anthropocene” a sua utilização alargou-se.

⁹ Esta questão do antropocentrismo, com dificuldade para “reconhecer a natureza emaranhada do mundo”. e a necessidade de as IR se reinventarem no sentido de abandonar muitos dos seus pressupostos, considerando a importância e a proteção de outras formas de vida com que nos envolvemos na natureza, pode no mesmo plano e com a mesma importância é também tratado em (Pereira, 2021) e outros autores.

¹⁰ Esta teoria, baseada em trabalhos de Bruno Latour, John Law e Michel Callon, considera que nos mundos social e natural, humano e não humano, tudo interage em redes mutáveis de relacionamentos sem quaisquer outros elementos fora das redes, desafiando abordagens tradicionais ao definir um papel similar dos humanos e não humanos. Para uma melhor compreensão do conceito, ao nível social, ver (Latour, 2005, pp. 141-156).



o planeta que habitamos com "sujeitos não humanos" em "condições co-constituídas de múltiplas espécies e biosfera". O conceito de pós-humanismo aplicando-se à componente ambiental em termos de segurança, considera a própria biosfera como um sistema co-constitutivo com outros sistemas humanos e não humanos, ultrapassando a perspetiva dual do homem e da natureza nas abordagens de segurança às questões ambientais pelas RI. O humano passa a estar embutido, como parte de um sistema, em regime de "panarquia", o que permite olhar o problema da segurança e da "in-segurança" e entender as interações e mudanças em sistemas complexos onde a política internacional terá de navegar entre riscos, perigos e incertezas, mas em que muitos dos que estão em risco, não são os autores das causas desse risco.

Num ensaio sobre a segurança e a estratégia no antropoceno, Viriato Soromenho-Marques constata que a principal produção científica do século XX da novel ciência do Sistema de Ciências Terrestre, "Earth Science Sytem", (ESS) "não encontrou o acolhimento que merecia nos setores académicos da segurança e da estratégia", uma "cegueira epistémica" perante o "risco de colapso do Sistema-Terra" que é "equivalente ou superior a uma guerra termonuclear de largo espectro". E que ao contrário de Clausewitz, que compreendeu o "epistème" do seu tempo dando o "primado da política" às questões da guerra, o "atual pensamento dominante na segurança e estratégia está a deixar passar ao lado a maior ameaça existencial da história da humanidade." (Soromenho Marques, 2022, p.119). Também nesta linha, Judith Nora Hardt defende que deve haver um "encontro entre as RI e o ESS" já que há demonstração dos requisitos da lógica da segurança, com uma ameaça existencial à sobrevivência¹¹, que fundamentam a necessidade de uma resposta eficaz em termos das referências da pesquisa clássica da paz e do conflito. Ilustra este argumento com a aplicação do modelo do prisma de segurança à segurança ambiental e que se traduz num excelente ponto de entrada para mais investigação no domínio das RI e dos Estudos de Segurança em parceria conjunta com o ESS (Hardt, 2021 pp. 49-53).

Como referimos atrás na definição do nosso problema, é que a realidade presente nos relatórios do IPCC não há propriamente uma grande relevância às questões de segurança e do conflito, focando-se apenas um pequeno volume de entradas nas questões da segurança humana, segurança nacional ou internacional e do conflito. A maioria das entradas sobre segurança e conflito são relativas aos fatores segurança da alimentação e segurança da água, centrais em todo o processo de relacionamento com a sociedade e, obviamente, subjacentes à maioria das medidas de adaptação que podem ser sugeridas. Mas é passada a mensagem do nexa clima-segurança e das alterações climáticas-conflito, que a figura 1 (IPCC, 2023, p. 2472) abaixo documenta. Como é referido, os fatores ("drivers") ali representados derivam de condições climáticas e da própria sociedade, assim como há "drivers" antropogénicos que não estando ali especificamente representados, contribuem para os vários riscos. Esta forma de

¹¹ A autora explica de forma sintética que o sistema-terra, mediante ações antropogénicas tem vindo a ultrapassar limiares, nas variáveis associadas ao conceito de Planetary Boundaries e nos níveis do HotHouse, estando a ser atingidos os designados tipping points que num sistema não linear e de lógicas de estabilidade complexa, poderão afetar decisivamente a trajetória de evolução do sistema comprometendo-o irremediavelmente (Hardt, 2021, pp.43-44).



apresentação demonstra a rede de conexões, mas é importante relevar que as mudanças são “sistemo-dependentes”, algo que a orientação das setas pode não representar cabalmente. E é por isso que o IPCC alerta, com elevada confiança, que a cada incremento no aquecimento global, esta interação entre fatores de risco climáticos e não climáticos (e.g. a perda da biodiversidade; a insegurança alimentar; ou crise de abastecimento que interagem com o conflito; competição pela terra¹²; pandemias) trará, com maior probabilidade, riscos gerais compostos e riscos em cascata, como ondas de calor e secas simultâneas, inundações compostas e incêndios que afetarão gravemente vários setores da atividade humana em geral e em várias regiões como a Amazônia, zonas montanhosas e zonas costeiras com aumento do nível do mar. (IPCC, 2023, pp. 15 e 72; 2022, p. 19).

Mas é no relatório do Grupo de Trabalho II (WGII) que aqueles nexos são mais visíveis e explorados nas várias faces e possibilidades da interação. Verificamos como os contextos com a diversidade e alteração geográfica¹³, cultural e das capacidades ligadas à governação dos Estados são afetados positiva ou negativamente na situação de conflito e no estado da segurança das populações.

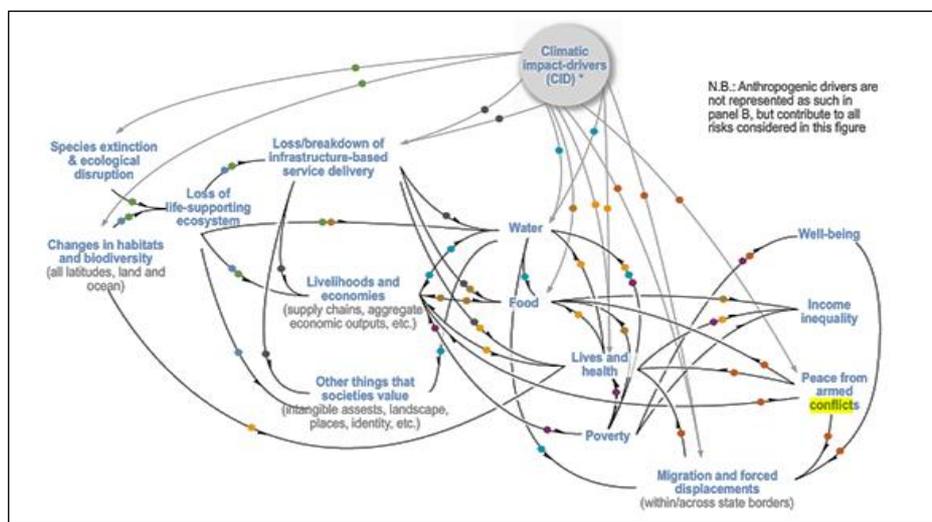
E tal, verifica-se em vários tipos de atividades como sejam o estabelecer e implementar medidas de adaptação, de regulação, de participação em atividades de cooperação transfronteiriça (e.g. água e gestão de eventos climáticos) ou seja apenas para acolher o apoio de organizações internacionais ou de meios presentes no terreno por via de intervenções internacionais para colaborarem nas soluções imediatas ou de organização nas de médio/prazo. Como referimos na nossa introdução, para aquilatar do grau de confiança, são citados vários trabalhos, que pudemos consultar e aferir da investigação diversa, em métodos e tópicos mais relevantes para este tema (Hsiang et al., 2013; Gleick, 2014; Van Baalen & Mbjork, 2017; Koubi, 2019; Sitati et al. 2021; Uexkull & Buhaug, 2021; Xie et al., 2024) já que é incomportável referenciá-los a todos na economia neste estudo. Segundo Diez, von Lucke & Wellman são estas comunidades epistémicas que dão corpo ao processo de securitização das mudanças climáticas que se encontra em curso em várias partes do mundo. Nesse estudo, os autores inovaram em relação à Escola de Copenhaga, procurando captar os diferentes tipos de securitização, distinguindo se a mesma é efetuada sobre ameaças ou sobre riscos, e exploraram a diferenciação dos objetos referentes (segurança do território; segurança humana - indivíduo/grupos humanos; segurança planetária).

¹² Segundo Michael Albertus, a “Pressão sobre a terra estará no seu pico, nas próximas décadas... e será distribuída de forma desigual.” (2025a, p. 197; 2025b).

¹³ A segurança ambiental não está isolada de outros fatores de segurança, como defendem estes autores em relação à situação complexa do Ártico, geografia em alteração, por via das alterações climáticas, com impacto em humanos e não humanos (Heininen & Exner-Pirot, 2020, p. 153) que veio, atualmente, de novo à colação com as posições expressas pelo Presidente Trump sobre vários territórios vizinhos dos EUA.



Figura 1- Ilustração das interações entre riscos ecológicos e dimensões-chave das populações



Legenda:

* CIDs are physical climate system conditions (e.g., means, events, extremes) that affect an element of society or ecosystems. Indiced changes are system-dependent and can be detrimental, beneficial, neutral, or a mixture of each. (WGI AR6 SPM)

Risk cascades **

- Across key risks
- Climate-driven

Representative Key Risks

- A (Low-lying coasts)
- B (Ecosystems)
- C (Infrastructure)
- D (Living standards)
- E (Human health)
- F (Food security)
- G (Water security)
- H (Peace and human mobility)

** As illustrative suggested rather across than RKR comprehensive, assessments; and qualitative rather than quantitative

Fonte: IPCC (2022, p. 2472)

Analisaram 4 países – Alemanha, EUA, México e Turquia e verificaram a sua eficácia, a importância dos promotores do discurso, a importância do contexto da sociedade onde se desenvolve (e.g. sociedade civil, grau de abertura democrática, interesses nacionais geopolíticos) e os efeitos políticos da mesma. Ainda que se verifique uma certa dissensão, entre a posição dos militares e a dos cidadãos da sociedade civil e da academia, no que respeita ao tratamento das questões da segurança, a importância da luta para colocar as alterações climáticas na agenda mundial justifica que se tolere a ênfase na componente militar (segurança nacional, mais adaptação e menos mitigação) para onde ainda muito se inclinam os resultados destas ações de securitização (caso dos EUA e Turquia). Tal, deve entender-se como um mal menor que deve ser ultrapassado, apontando que em futuras ações neste domínio, o primado da política tem que se manter e tanto quanto possível esclarecer (2016).

A evolução da Construção da Paz Ambiental

A "Paz", segundo Webel, "é difícil de definir", mas pode ser encarada como um dos conceitos essencialmente contestados e então "muitas vezes [só] a reconhecemos pela sua ausência" (2007, p.6). A ausência de guerra, a paz negativa, não é na maioria das



vezes suficiente para que as populações tenham todas as liberdades associadas à segurança humana e consigam, de forma sustentável, angariar e manter as condições sociais de sobrevivência e de vida digna, na plenitude dos seus direitos humanos. Para tal, como atrás referimos, é a busca da paz positiva que tem levado a que, no quadro da resolução e transformação dos conflitos, desde a prevenção à fase de pós-conflito, se desenvolvam, na definição do conceito de PB das Nações Unidas, “ações empreendidas por atores internacionais ou nacionais para institucionalizar a paz, [esta] entendida como a ausência de conflito armado e um mínimo de política participativa...”. O resultado a obter será uma paz que é um “continuum que vai desde a “ausência de conflito violento” – a cessação temporária dos combates, “até à inconcebibilidade do conflito violento ou destrutivo”, que exigirá “transformações sociais” dirigidas quer aos meios de subsistência materiais das pessoas, quer às suas “associações baseadas em identidade”, no fundo que “resolve os problemas de violência estrutural e a desigualdade social” (Conca & Dalbeko, 2002, p. 9). Mas, como integrar nestas ações, a perspetiva ambiental?

Como atrás referimos, a EPB que surge nos meados da primeira década do século XX, procura conciliar a realidade dos riscos provenientes das alterações climáticas com as oportunidades de promover a paz, num quadro do ciclo de desenvolvimento do conflito, explorando as ligações entre os eventos do quadro ambiental e as dinâmicas políticas, sociais e económicas do conflito, assim procurando uma melhor condição de segurança. A ideia será conferir oportunidades de ganhos às partes do conflito, com base em medidas de mitigação (mais raras), mas sobretudo mediante medidas de cooperação, para adaptação aos efeitos e aos impactos do ambiente nas dimensões da vida das comunidades afetadas pelo conflito. É importante estarmos cientes, como atrás referimos, da interação “sistemo-dependente” entre as diversas variáveis presentes naqueles contextos.

Consideraremos, no nosso estudo, a definição adotada por Ide et al., que a EPB “compreende as múltiplas abordagens e caminhos pelos quais a gestão das questões ambientais está integrada e pode apoiar a prevenção, atenuação, resolução e recuperação de conflitos” (2021, pp 2-3). Segundo a investigação, desenvolve-se mediante três dimensões: i) a da segurança – onde se equacionam aspetos da insustentabilidade ambiental, que afetam a segurança humana, mas também as tensões e questões ligadas à exploração ou utilização de recursos naturais, sejam ou não renováveis, cuja escassez ou abundância pode ameaçar a sobrevivência das populações ou gerar desigualdades que podem causar ou afetar direta ou indiretamente, em determinadas condições, o conflito; ii) a economia e os meios de subsistência da sociedade – onde a investigação encontrou como “preditores” do conflito social e dificuldades para o PB, a fraca economia, geradora da pobreza e dificuldades de acesso aos meios de subsistência, suscetíveis de provocar queixas e reações que podem ser aproveitadas por grupos armados ou dissidentes da governação para explorar a fragilidade do Estado. Nesta condição, o reforço da capacidade de governação para a gestão dos impactos dos eventos e desastres ambientais foi uma das áreas, que as evidências encontradas nos estudos entendem como essencial para construir a paz; iii) as relações políticas e sociais – nesta dimensão reconhece-se que quando os desafios ambientais são comuns para as partes (estejam desavindas ou neutras no conflito)a



oportunidade de cooperação e os seus resultados podem vir a criar ou melhorar as instituições e meios de governação e segurança (Ide et al. 2021).

Poderemos afirmar que a pesquisa científica evoluiu, no quadro da EPB, numa primeira fase ou geração, colocando o foco nas oportunidades dos desafios ambientais comuns a vários estados, entendendo-os como “pontos de entrada” para cooperação internacional ou transfronteiriça (Conca & Dalbeko, 2002) mas também mediante as ações de “diplomacia no âmbito dos desastres” em delegações de alto nível e, ainda, no esforço de conservação de áreas naturais, como formas de promover a PB. É desta fase também o surgimento de iniciativas de cariz multilateral nos casos da União Europeia e do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) para a promoção das questões ambientais no quadro da resolução de conflitos.

No que se considera a segunda geração de EPB, a partir de 2009, a investigação já influenciada pelo trabalho da Comissão de PB na ONU, criada em 2005 e noutras agências como a UNEP, centrou-se mais nas configurações do pós-conflito, com ênfase nas relações da construção da paz pós-conflito, na chamada “resiliência climática e gestão de recursos naturais” (Matthew, Brown & Jensen, 2009). Há uma mudança de foco para o conflito intraestatal e um alargamento nas metodologias de análise, de cariz mais empírico e de método quantitativo (exemplo da metodologia “larger-N” que considera a abordagem de grande volume de casos), mas também uma maior proliferação de estudos e de áreas de pesquisa como a educação, energia, as questões legais e o conceito de resiliência (Ide, 2021).

Na investigação mais recente, em franca transição para uma terceira geração, perspectiva-se mais a ideia do EPB como uma plataforma integrada, mais interdisciplinar e promissora e que parece provocar uma maior adesão de investigadores e de praticantes na sua pesquisa e discussão. No futuro, prospectiva-se uma maior abrangência de tópicos a considerar e um pouco à imagem das visões para o PB, buscando formas de abordar a complexidade.

A teoria da complexidade (Tomé & Açikalin, 2019; Byrne & Callaghan, 2023;) integra este enquadramento, onde o holismo, o hibridismo e a importância da resiliência (Chandler, 2014) aponta para intervenções em apoio da paz e da construção do Estado que englobam fórmulas híbridas de organização do estado, contemplando intervenções não só no sentido do “suficiente” (Department For International Development, 2010, p. 37), mas no sentido de uma abordagem da construção da paz pragmática que envolve incerteza, garantia de recursos e uma ação não linear, de tentativas, teste e experimentação na construção do Estado que seja inclusiva (Moe & Stepputat, 2018). São características da atuação em sistemas complexos, que se começam a afirmar na prática (OCDE e ONU) nomeadamente, na conceção de fórmulas e estratégias não lineares nas estratégias de respostas às crises dos países afetados por conflito, buscando a resiliência dos Estados, das comunidades e da ação, mas também nas metodologias utilizadas com foco na investigação e pesquisa. A abordagem das chamadas ordens políticas híbridas e a ideia da “transformação dos conflitos”, (Lederach, 2003; 2005) segue também esta perspectiva da metodologia, da abordagem aos contextos locais e às dinâmicas internas, focada na sensibilidade das condições iniciais, na transição da ordem



para a desordem, onde pontuam as questões do estudo inicial do contexto, da força das autoridades e relações informais nos “settlements” a desenvolver (Khan, 2017; Henningsen, 2022) evitando danos nos equilíbrios de poder.

Ora a EPB, segundo (Ide et al., 2021 pp. 8-15) também parece vir a desenvolver-se adotando abordagens e tópicos desta natureza, nomeadamente: i) “bottom-up”, ponderando o conhecimento e as circunstâncias físicas e culturais locais, de forma mais participativa, inclusiva e híbrida ao considerar também a perspetiva das relações e autoridades informais (e.g. Ide, Palmer& Barnet, 2021); ii) orientação para o género, onde a consideração do teor da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, de 2000, dará mais relevância à participação da mulher na gestão dos recursos, nas tomadas de decisão no quadro dos movimentos e da sustentabilidade ambiental; iii) a programação “conflict sensitive” (Woomer, 2018) em que as questões da especificidade do contexto ambiental local tem de ser apreendido, para que não haja disrupções nos sistemas e onde a interação dos especialistas do ambiente e dos Peace builders seja efectiva, consistente e produtiva. Neste particular e fruto desta interação o desenvolvimento de manuais para os elementos no terreno tem sido uma prática (Environmental Law Institute, 2023; Hammil et al., 2009; iv) uso das tecnologias de informação e do “big data”, em que sensores e meios de comunicação permitem a obtenção de elevado volume de informação a todo o tempo e o seu tratamento para melhorar soluções e decisões de problemas complexos, quer no âmbito da resolução/transformação de conflitos, quer das questões ambientais subjacentes, permitindo também a monitorização dos processos para uma constante adaptação e adequação ao contexto; v) monitorização e avaliação, essencial para compreender o desenvolvimento dos processos em cursos, para aquilatar os objetivos e adequar as estratégias, tendo em conta o que nos diz a realidade no terreno e também para o obrigatório escrutínio da responsabilidade. A questão da atribuição é problemática nas questões ambientais, o que atualmente por razões das tecnologias cibernéticas, espaciais e aéreas também se colocam aos agentes (militares e não só) que têm de gerir acordos entre as partes do conflito e atores terceiros. Todavia, a EPB detém especificidades muito próprias que dificultam as atividades de monitorização e avaliação¹⁴, como sejam: i) o tempo que medeia entre ação e efeito ou impacto; ii) a multiplicidade de atores com capacidade de agir e muitas vezes de ação remota e conjugada; iii) a dinâmica e o contexto de insegurança num quadro de contenção política e de gestão de violência; iv) a dificuldade de tratamento e controlo dos casos e v) a diferença de objetivos e métricas (Idem, 2021).

Tendo-se explorado estas revisões sobre o desenvolvimento da investigação e a evidência detetada, cientes da evolução dos tópicos e métodos considerados e, de como parece vir a desenvolver-se no futuro a EPB, tal permitir-nos-á agora buscar as oportunidades para a atuação no quadro da RSS, como instrumento de PB, para criação e melhoria das instituições ligadas ao setor da segurança.

¹⁴ Estas dificuldades afetam também, no terreno, os investigadores nos respetivos trabalhos de campo e na interação com os decisores nos vários níveis - político, estratégico, operacional e tático.



Que oportunidades para a RSS

A RSS surgiu no pós-Guerra Fria, no quadro dos desafios de resposta às situações de pobreza e desigualdade nos países em desenvolvimento, perante a dificuldade dos racionais da ajuda pública ao desenvolvimento atingirem resultados no âmbito da redução da pobreza e da debelação do conflito, crendo-se que ambos estariam relacionados ou seriam interdependentes. É um produto conceptual da comunidade de desenvolvimento, polarizada no Reino Unido, em 1999, por Clare Short, Secretária de Estado para o Desenvolvimento quando se tornava necessária "(...)uma política focada no terminar dos conflitos e na construção de instituições que encorajasse o crescimento económico e o desenvolvimento humano destes países." (Short, 2010, p.10). A RSS vai além da assistência militar, o conceito foi desenvolvido pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE e tem vindo a ser adotado pelas organizações internacionais (OI), como uma das componentes fundamentais da intervenção nos ESF. Visa a criação ou reconstrução de instituições capazes e com legitimidade no seu emprego na sociedade interna ligadas à justiça, segurança, defesa e informações, nomeadamente na observação dos direitos humanos e de princípios de boa governação e subordinados ao respetivo controlo político e democrático. O "mapa do setor de segurança" de Mark Sedra em (2017, p. 59) engloba um acervo de órgãos, serviços, instituições formais e informais, de diferente natureza, origem e tipologia de ação, que demonstra a complexidade nas abordagens de reforma e transformação.

Como sistema complexo, o setor de segurança foca-se em dimensões para a sua implementação, que, segundo Jane Chaana (2002) são, sinteticamente, quatro: i) a política - que envolve os mecanismos de gestão e controlo do setor; ii) a institucional - que decorre do processo e engloba os elementos do sistema a reformar; iii) a económica - que assegura os recursos necessários à sustentabilidade da implementação e continuidade do sistema e iv) a societal - focada na sociedade civil e estruturas informais que garantem mecanismos de alerta e escrutínio da implementação, da ação e da confrontação em termos da exigência pelo chamado contrato social, em termos de responsabilidade pelo serviço e transparência do sistema.

A sua implementação, muito baseada nos princípios de atuação do modelo da OCDE, foi sendo transfigurada, à imagem doutrinária ou da orientação das organizações internacionais e, ou dos seus membros mais dominantes, que dirigiam as intervenções. A sua evolução foi também sendo ditada pelos poucos resultados obtidos na maioria das intervenções no Iraque e no Afeganistão, mas também em África e pelo respetivo debate subjacente. Porém, ainda que se reconheçam alguns ganhos no continuum da paz, na estabilização de alguns conflitos, as intervenções com muito poucas exceções, não têm sido suficientemente exitosas e parece haver divergência entre os modelos teóricos e a sua prática.

Albrecht Schnabel fez uma excelente radiografia do que é ideal e o que é real no mundo do RSS, nas duas décadas na transição do milénio (2009, p. 13-21), apontando para o facto de que os modelos se encontram inadaptados e há necessidade de conceber algo mais atinente com as situações atuais. Outros investigadores têm apontado para a hipótese de não se considerar essas atividades como RSS.



A discrepância verifica-se sobretudo pela não observação dos requisitos ideais para implementar a RSS, nos ambientes de conflitualidade contemporânea. Estes requisitos apontam, nomeadamente, para: i) condições mínimas de segurança; ii) planos e estratégias definidas, acordadas por todas as partes e alinhadas com os doadores, iii) estruturas de representação e garantida a inclusividade da sociedade civil e não estruturas paralelas dos consultores e militares estrangeiros que decidem e conduzem a reforma; iv) haja recursos e meios disponíveis; v) a duração das atividades da RSS considere o longo prazo e sujeitas a vi) uma monitorização e avaliação eficaz (Sedra, 2018). De forma geral, estas condições não existem e têm de ser construídas gradualmente, em ambientes inseguros onde tudo tem que se fazer ou refazer.

A falta desses requisitos está muito ligada aos dilemas e desafios subjacentes à intervenção externa nos conflitos, nomeadamente, à avaliação insuficiente do contexto e à tensão existente entre as atividades de PB, ao processo de paz, à reconciliação e representatividade dos vários atores internos em sistemas transitórios de governação, processos de justiça transitória, etc.. Por outro lado, esbarra também na realidade das medidas de "State-building" (SB), visível na construção de instituições capazes de assumir progressivamente as funções do estado de per si, sem a presença externa ou onde esta é segregada de forma estratégica pelas dinâmicas do poder em exercício. A gestão destes processos cifra-se muito no grau de transição da autoridade e da ação para o governo e instituições locais e no impacto da aceitabilidade da população do Estado ou região intervencionada, cujo contexto assenta em arranjos políticos formais e informais com dinâmicas de poder, que importa observar, conhecer e operacionalizar (Paris & Sisk, 2009; Menocal, 2015; Khan, 2017; Woodward, 2017; Henningsen, 2022;).

Segundo Sedra (2017) a melhoria do presente e sobretudo o futuro da RSS aponta para modelos específicos seguindo três escolas de pensamento: i) A escola monopolista, que defende instituições capazes de garantir o monopólio da força. A insuficiência de recursos de doadores, coordenação, capital político e tempo são os responsáveis pela falha, mas que se resolvidos, entendem os defensores, traria o êxito (Andersen, 2011). ii) A escola "boa o suficiente" que promove não uma réplica do Estado ocidental, mas sim um Estado "bom o suficiente" de critérios mínimos do estado weberiano, cariz institucionalista, neo-liberal, onde o construtivismo já influencia. Focado no contexto, com programas de cariz incremental, iterativo e adaptativo, em intervenções de curto e médio prazo, para impulsionar a reforma das instituições, através de medidas provisórias de estabilização, conforme Colletta & Muggah (2009), é uma abordagem pragmática, politicamente sensível, que vai reconhecendo os défices e corrigindo o rumo para um estado final de cariz liberal e, nominalmente, democrático. iii) A escola "híbrida", a mais radical e transformadora das três escolas, considera que o estado weberiano de orientação liberal está longe da realidade, na maioria dos ESF. O hibridismo, envolvendo as realidades políticas locais, considera que o projeto de paz liberal minimiza "o espaço disponível para abordagens indígenas e tradicionais, uma gama difusa da autoridade informal e não estatal" no terreno que não deve ser ignorada. O problema atual, é a rigidez do modelo estatal e a perspectiva apolítica, que ignora a dinâmica de poder local e deve ser mais sintonizada com as realidades locais. A RSS da escola híbrida é a menos normativa, menos centrada no Estado, prevê acordos de co-governança, de carácter permanente,



entre autoridades estatais e não estatais e o alinhamento do processo de RSS com as aspirações, necessidades, capacidades, condições políticas e recursos disponíveis locais, contornando os desafios enfrentados pelo modelo ortodoxo de RSS (Richmond, 2015; MacGuinty & Richmond, 2016, Mayanga & Suleiman, 2016).

O legado negativo do Afeganistão exprime-se em lições aprendidas (Sedra, 2022a), que estão sobretudo ligadas à concretização dos requisitos/desafios acima referidos, de onde realçamos três aspetos – a avaliação do contexto (geopolítico, cultural, poder); a prioridade que é dada à “governança” em todo o processo; e o investimento político, que é crucial para obter sucesso. Em tudo isto, é patente, em ambos os lados (interno-recipientes e externo-doadores e dirigentes e comandantes no terreno) a capital importância das relações civis- militares no planeamento e na conduta das operações para a implementação das estratégias (Feaver, 1996; Egnel, 2009; Käihkö, 2021; Honig & Käihkö, 2023). O incremento de conhecimento e capacidade de trazer sucesso às atuais e futuras intervenções poderão buscar-se em duas linhas: – uma, dentro da variedade dos contextos dos ESF (Gisselquist, 2015) na busca de sub-modelos e práticas que poderão vir a ser ensaiadas em outros teatros de RSS e na linha do desenvolvimento das capacidades dos praticantes da RSS, em especial do capital humano, por parte dos Estados participantes nas intervenções com componentes de RSS (Sedra, 2018).

Ora, verificamos que o que se aponta quer para a pesquisa a ser efetuada, quer como modelo de atuação futuro da EPB coincide, em larga medida, com o que se entende suscetível de mudança na adequação e adaptação no modelo da RSS para o tornar um instrumento viável no âmbito da re-construção da paz e dos estados. Então, parece que é neste alinhamento de modelos de atuação e na necessidade de relacionamento para uma aprendizagem mútua das comunidades académicas e de praticantes que residem a oportunidades da RSS atuar, mais eficazmente e no âmbito da EPB.

Para tal, na perspetiva da integração no terreno, também nos parece oportuno retomar como um bom exemplo a seguir e, adaptivamente, a adotar, o conceito de “One Team” (Fig.2) presente em (Pereira, 2014, p.93) e que foi implementado por equipa de mentores portugueses no Afeganistão (2009-2010). Tinha a forma de uma reunião semanal (*huddle*) em que os mentores e os “mentorizados” dos vários comandos integrados na *Kabul Command Division*, oficiais de ligação ou delegados respetivos dos Comandos Superiores, dos Ministérios do Interior (Administração Interna) e da Defesa, assim como e os responsáveis pelos programas de desenvolvimento que atuavam na zona, passaram a integrar as suas atividades, a partilhar as dificuldades e a apoiar-se mutuamente, obtendo conhecimento mútuo e criando e reforçando confianças, uma metodologia que foi bem reconhecida nas Orientações do Comandante da International Security Assistance Force ISAF (Petraeus, 2010, p.3).



Figura 2- Abordagem – Conceito “One Team



Legenda: ADAB -Afghan Development Assistance Bureau; CSTC-A- Command Security Transition Command-Afghanistan; IJC – ISAF Joint Command; ISAF HQ- ISAF Head Quarters; LSTs /ETT/OMLT-“Mentoring Teams”; MoD- Ministry of Defense; MoI -Ministry of Interior; MPRI–Military Private Resources (Contractor); NTM-A – NATO Training Mission –Afghanistan; RC-C- Regional Command – Capital.

Fonte: (Pires, 2011)

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi centrado na identificação de oportunidades para a RSS atuar com mais eficácia, no seu quadro de atuação no PB, mas integrada com a EPB. Numa primeira fase, o estudo permitiu apreender o estado da arte no âmbito dos nexos clima-segurança e clima-conflito e de explorar fontes das principais comunidades epistémicas ligadas ao ESS, que investigam a área da segurança ambiental. Verificamos a sua complexidade e o investimento académico e político a fazer, para que eventuais formas de securitização desta ameaça existencial do planeta Terra, possam conduzir a melhores resultados na atitude dos Estados e dos Humanos, perante a própria responsabilidade que detêm como parte do sistema-terra. Perante o deglutir de “tipping points”, o agravamento das condições de sobrevivência do planeta, de humanos e de não humanos, parece ser uma realidade cada vez mais bem escrutinada e efetiva.

Foi reconhecida a importância de dispor de abordagens mais eficazes, no quadro das ações a desenvolver no domínio da gestão da sustentabilidade, mas também a urgência do crescimento da adoção de medidas de mitigação e da implementação de medidas de adaptação aos impactos e efeitos nefastos do clima, “cuidando” dos humanos e dos não humanos. Tal parece ter de ser efetuado segundo abordagens diferentes das utilizadas até agora e que são próprias de uma filosofia e visão dos humanos mais “embedded” no sistema-terra.



A área da EPB evoluiu francamente nas últimas décadas, o que permite prescrutar e ajustar melhor o que deve ser o futuro da pesquisa e as possibilidades do conselho e apoio aos decisores e aos praticantes do EPB, que devem ser munidos de instrumentos tecnológicos e de abordagens próprias para contextos turbulentos, de grande complexidade e incerteza e de elevado índice de perigosidade. A necessidade de se entender este quadro de segurança ambiental como uma plataforma de integração de interdisciplinaridades, com outros investigadores, seja na pesquisa, seja na prática, permite criar oportunidades para outras áreas que parecem estar em sintonia no que devem de evoluir cientificamente e na solução dos problemas que demandam a sua razão de existir.

Assim, respondendo à nossa questão central, diremos que tal acontece exatamente com a RSS, pois como vimos no ponto atrás, as suas necessidades de adaptação ao contexto e no modelo de atuação é similar às da EPB. Presente em intervenções em zonas de conflito, cujo índice de perigosidade e incerteza tem aconselhado a que sejam empenhados, na maioria, elementos e forças militares preparados sobre os contextos onde atuam, cientes das abordagens adequadas a desenvolver, munidos de meios tecnológicos capazes e de conhecimento ligado ao contexto, às identidades e às dinâmicas de poder formais e informais. A eficiência, porém, não tem só a ver com a boa e ajustada utilização de meios e recursos disponíveis, nem só diz respeito à boa capacidade de planejar e de garantir flexibilidade, mas também à de estar preparados para a falha e para o ter de tentar de novo, reaprender, integrando-se com o “biopoder” no terreno e na academia, nos centros de decisão e os que, localmente, têm de estar representados porque as dinâmicas formais e informais e os contextos onde humanos e não humanos coexistem e interagem, assim o exigem.

Concluimos que esta é também uma oportunidade para estreitar as relações civis-militares no âmbito da academia, numa altura em que os ventos da guerra parecem conduzir a um certo enquistamento nos modelos e meios de resposta à competição, eventualmente, importantes porque o recente desleixo dos Estados assim o determinou, exatamente, descurando e ignorando riscos e ameaças que, afinal, hoje, sentem como existenciais aos seus Estados e comunidades.

Importa, assim, que as outras ameaças e riscos do sistema-terra, da fragilidade, e dos conflitos intraestatais e internacionais, agora entendidos como menos importantes na conjuntura internacional mas que, em tempos, fizeram parte das agendas internacionais e até foram reconhecidos como ameaças e riscos elevados à manutenção da paz e da segurança internacional, não sejam alienados, ao ponto de se constituírem como ameaças existenciais mais urgentes, num futuro próximo.

Referências

Albertus, M. (2025a). *Land Power. Who has it, who doesn't and how that determines the fate of Societies*. Basic Books



Albertus, M. (2025b, março, 4). The Coming Age of Territorial Expansion. Climate Change Will Fuel Contests—and Maybe Wars—for Land and Resources. *Foreign Affairs*. https://www.foreignaffairs.com/united-states/climate-change-coming-age-territorial-expansion?s=EDZZZ005ZX&utm_medium=newsletters&utm_source=fatoday&utm_campaign=The%20Coming%20Age%20of%20Territorial%20Expansion&utm_content=20250304&utm_term=EDZZZ005ZX.

Andersen, L. (2011). Security Sector Reform and the Dilemmas of Liberal Peacebuilding. DIIS WORKING PAPER 2011:31. Danish Institute for International Studies (DIIS).

Buzan, B. (1991). *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in Post Cold War Era*. 2nd Ed. Longman.

Buzan, B. (2006) Will the 'global war on terrorism' be the new Cold War? *International Affairs*, 82 (6), 1101–1118. Blackwell Publishing Ltd/The Royal Institute of International Affairs. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2006.00590.x>.

Byrne, D. & Callaghan G. (2023). *Complexity Theory and the Social Sciences. The state of the art*. 2nd Ed. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003213574>.

Chanaa, J. (2002). Security Sector Reform: Issues, Challenges and Prospects. *Adelphi Paper 344*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1080/05679320208682802>.

Chandler, D. (2014). Beyond neoliberalism: resilience, the new art of governing complexity. *Resilience*, 2 (1), 47–63. Routledge. <http://dx.doi.org/10.1080/21693293.2013.878544>.

Colletta, N. J., & Muggah, R. (2009). Context Matters: Interim Stabilisation and Second Generation Approaches to Security Promotion. *Conflict, Security & Development*, 9 (4), 425- 453. Routledge. <http://dx.doi.org/10.1080/14678800903345762>.

Collier, P. (2007). *The Bottom Billion. Why the Poorest Countries are failing and what can be done about it*. Oxford University Press.

Couto, A. C. (2023). Problemática geral da segurança. IUM Atualidade. 45.

Cross, M. (2013). Re-thinking Epistemic Communities Twenty Years Later. *International Studies*, 39 (1), 137-160. <https://doi.org/10.1017/S0260210512000034>.

Cudworth, E. & Hobden, S. (2017). Post Human Security. In A. Burke & R. Parker (Eds), *Global Insecurity. Futures of Global Caos and Governance* (pp. 65-81). Palgrave Macmillan.

Cudworth, E. & Hobden, S. (2018). The Posthuman way of War. In E. Cudworth, S. Hobden & E. Kavalski. *Post Human dialogues in International Relations* (159-180). Routledge.

Diez, T., von Lucke F. & Wellman, Z. (2016). *The Securitization of Climate Change*. Routledge. <http://lccn.loc.gov/2015045912>.

Debiel, T. & Dobrowski, S. (2023). Hybrid political orders in fragile contexts. In D. Carment, & Y. Samy (Eds.), *Handbook of Fragile States* (pp. 137-151). Helgar Edward Publishing Limited. <http://dx.doi.org/10.4337/9781800883475>.



Duque, M. G. (2009) O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. *CONTEXTO INTERNACIONAL*, 31 (3) 459-501. Rio de Janeiro.

Egnell, R. (2009). *Complex Peace Operations and Civil–Military Relations. Winning the peace.* Routledge

Environmental Law Institute (2023). *Toolkit on Monitoring and Evaluation of Environmental Peacebuilding.*

Feaver, P.D. (1996). The Civil-Military Problematique: Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control. *Armed Forces & Society*, 23(2),149–178.

Galtung, J. (1969). Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, 6 (3), 167-191. Sage Publications, Ltd. <http://www.jstor.org/stable/422690>.

Gisselquist, R. (2015). Varieties of fragility: implications for aid. *Third World Quarterly*, 36 (7), 1269–1280. Taylor & Francis. <http://dx.doi.org/10.1080/0143657.2015.1041104>.

Gleditsch, N.P.& Nordäs, R. (2014). Conflicting messages? The IPCC on conflict and human security. *Political Geography*, 43, 82-90. Elsevier. <http://dx.doi.org/10.1016/j.polgeo.2014.08.007>.

Gleyck, P. (2014) *Water, Drought, Climate Change, and Conflict in Syria.* American Meteorological Society. DOI: 10.1175/WCAS-D-13-00059.1.

Hammil, A., Crawford, A., Craig R., Malpas, R. & Matthew, R. *Conflict Sensitive Conservation Practitioner´s Manual.* International Institute for Sustainable Development.

Hardt, J. N. (2021). Encounters between Security and Earth System Sciences: Planetary Boundaries and Hothouse Earth. In D. Chandler, F. Müller & d. Rothe (Eds.), *International Relations in the Anthropocene: New Agendas, New Agencies and New Approaches.* (pp. 30-57). Palgrave Macmillan.

Harrington, C. & Shearing, C. (2017). *Security in the Anthropocene: Reflections on Safety and Care.* [transcript]. Political Science.

Heininen, L. & Exner-Pirot, H. (2020). *Climate Change and Arctic Security. Searching for a Paradigm Shift.* Palgrave Macmillan.

Henningsen, T. B. (2022). *Western Intervention and Informal Politics. Simulated Statebuilding and Failed Reforms.* Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003204978>.

Honig, J.W. & Käihkö, I. (2022) An Exemplary Defeat: The West in Afghanistan, 2001-2021. *Armed Forces & Society*, 43 (4) 989-1000. <https://doi.org/10.1177/0095327X221101364>.

Hoogeveen, J. & Pape, U. (2020). *Data Collection in Fragile States. Innovations from Africa and Beyond.* Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-25120-8>.

Hsiang, S. M., Burke, M., Miguel, E. (2013) Quantifying the Influence of Climate on Human Conflict. *Science Express* 341, 1-37. DOI: 10.1126/science.1235367.



Ide, I., Bruch, C., Carius, A., Conca, K., Dabelko, G.D., Matthew, R. & Weinthal, E. (2021). The past and future(s) of environmental peacebuilding. *International Affairs*, 97, (1) 1–16, <https://doi.org/10.1093/ia/iiaa177>.

Ide, T., Palmer, L. R. & Barnett J. (2021) Environmental peacebuilding from below: customary approaches in Timor-Leste. *International Affairs* 97 (1)103-117. <https://doi.org/10.1093/ia/iiaa059>.

Intergovernmental Panel on Climate Change (2014). Climate change 2014: Impacts, adaptation, and vulnerability. IPCC working group II, contribution to AR5. Geneva, Switzerland: IPCC. in press www.ipcc-wg2.gov/AR5/.

Intergovernmental Panel on Climate Change (2022). Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Lösschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, 3056 pp., doi:10.1017/9781009325844.

Intergovernmental Panel on Climate Change (2023). Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 184 pp., doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.

Intergovernmental Panel on Climate Change (2025, março, 25). Organization. <https://archive.ipcc.ch/organization/organization.shtml>.

Mac Ginty, R. & Richmond, O. (2016). The fallacy of constructing hybrid political orders: a reappraisal of the hybrid turn in peacebuilding. *International Peacekeeping* 23 (2), 219–239. <https://doi.org/10.1080/13533312.2015.1099440>.

Mayanga B. & Suleiman, M. D. (2017) . Liberal Peace Intervention in the Central African Republic: Limitations and Reworking a “Hybrid” Order. *African Security*, 10, (1) 1-24. Taylor & Francis. <https://doi.org/10.1080/19392206.2016.1270138>.

Käihkö, I. (2021). The Evolution of Hybrid Warfare: Implications for Strategy and the Military Profession. *Parameters*, 51 (3), 115-127. US Army College Quarter. <https://doi.org/10.55540/0031-1723.3084>.

Khan, M. H. (2017). Political Settlements and the Analysis of Institutions. *African Affairs*, 117 (469) 636-655, Royal African Society. Oxford University Press <https://doi.org/10.1093/afraf/adx044>.

Koubi, V. (2019). Climate Change and Conflict. *Annual Review of Political Science*, 22 343-360. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-050317-070830>

Latour, B. (2005). Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network-Theory. Oxford University Press.

Lederach, J. P. (2003). The Little Book of Conflict Transformation. Good Books.



Lederach, J. P. (2005). *The Moral Imagination. The Art and Soul of Building Peace*. Oxford University Press.

Mathews, J. T. (1989). Redefining Security. *Foreign Affairs*. 68 (2),162-177.

Mathew, R., Brown, O. & Jensen, D. (200). From conflict to peacebuilding. The role of natural resources and the environment. United Nations Environment Programme.

McDonald, K. (2021). *Ecological Security: Climate Change and the Construction of Security*. Cambridge University Press.

Menocal, A. R. (2015). Political settlements and the politics of inclusion. State of Art Paper 7. Developmental Leadership Program. University of Birmingham. www.dlprog.org.

Mitchel, A. (2017). 'Posthuman Security': Reflections from an Open-ended Conversation. <https://www.e-ir.info/2017/10/08/posthuman-security-reflections-from-an-open-ended-conversation-2/>

Organização das Nações Unidas (1987, agosto, 4). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Annex to Development and International Economic Cooperation: Environment. A/42/427.

Organização das Nações Unidas (2009, setembro, 11). *Report of the Secretary-General: Climate change and its possible security implications*. A/64/350. Security Council of United Nations

Organização das Nações Unidas (2011, julho, 20). *Statement by the President of the Security Council 2011S/PRST/2011/15*. Security Council of United Nations.

Pereira, A.M. (2014). *A Reforma do Setor de Segurança nos Estados em Situação de Fragilidade. Modelos das Organizações Internacionais. Lógicas de Concorrência e Complementaridade*. Coleção Ares Nº3. Instituto de Estudos Superiores Militares

Pereira, J. C. (2021). Towards a Politics for the Earth: Rethinking IR in the Anthropocene. D. Chandler, F. Müller & d. Rothe (Eds.). In *International Relations in the Anthropocene: New Agendas, New Agencies and New Approaches*. (pp.21-37). Palgrave Macmillan.

PETRAEUS, David H. (2010) COMISAF's Counterinsurgency Guidance. Kabul. <https://graphics8.nytimes.com/packages/pdf/world/2010/COMISAF-MEMO.pdf>

Pires, L. N. (2011) *Cultural Awareness*. Apresentação ao Curso de Promoção de Oficial General, de 1 de Abril de 2011. (Divulgação autorizada pelo autor). Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa

Richmond, O. P. (2015). The dilemmas of a hybrid peace: Negative or positive? *Cooperation and Conflict*, 50 (1) 50–68. SAGE. <https://doi.org/10.1177/0010836714537053>.

Schnabel, A. (2009). Ideal Requirements versus Real Environments in Security Sector Reform. In H. Born & A. Schnabel (Eds.) *Security Sector Reform in Challenging Environments* (pp.3 369). Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF).



Sedra, M. (2017). *Security Sector Reform in Conflict- Affected Countries. The evolution of a model*. N. York: Routledge

Sedra, M. (2018). Adapting security sector reform to ground-level realities: The transition to a second-generation model. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 12 (2), 48-63. <https://doi.org/10.1080/17502977.2018.1426383>.

Short, C., 2010. Foreword. In M. Sedra (Ed.), *The Future of Security Sector Reform* (pp.10-14). Centre for International Governance Innovation.

Sitati, A., Joe, E., Pentz, B., Grayson, C., Jaime, C., Gilmore, E., ... & de Perez, E. C. (2021). Climate change adaptation in conflict-affected countries: A systematic assessment of evidence. *Discover Sustainability*, 2 (1), 1-15. https://pdxscholar.library.pdx.edu/geog_fac.

Soromenho-Marques, V. (2022) Pensar a Segurança e a Estratégia na Época do Antropoceno. In T. Rodrigues, & J. Borges, *Ameaças e Riscos Transnacionais na Nova Era*. (pp.97-120).Fronteira do Caos.

Stepputat, F. (2018). Pragmatic peace in emerging governscapes. *International Affairs*, 94 (2), 399–416.Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/ia/iix233>.

Terrenas, J. & Pereira, J.C.. (2022) Antropoceno, Ecologia e Segurança. In T. Rodrigues, & J. Borges, *Ameaças e Riscos Transnacionais na Nova Era*. (pp. 201-216). Fronteira do Caos.

Tomé, L. & Açıkalin Ş. N. (2019). Complexity Theory as a New Lens. IR: System and Change. In Ş.Ş. Erçetin & N. Potas (Eds.), *Chaos, Complexity and Leadership 2017. Explorations of Chaos and Complexity Theory* (pp.1-15). Springer Nature Switzerland AG. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-89875-9>.

Uexkull, N. & Buhaug, H. (2021). Security implications of climate change: A decade of scientific progress. *Journal of Peace Research* 58 (1) 3–17. DOI: 10.1177/0022343320984210.

United Nations Development Program (1994). *Human Development Report 1994: New Dimensions of Human Security*. New York.

Van Baelan, S. & Mbjork, M. (2017) Climate Change and Violent Conflict in East Africa: Integrating Qualitative and Quantitative Research to Probe the Mechanisms. *International Studies Review* 0, 1–29

Xie, X., Hao M., Ding F., Scheffran J., Ide, T., Maystadt J.F., Qiang, Y., Wang, Q. Chen S., Wu, J., Sun, K. & Dong, J. (2024). The impacts of climate change on violent conflict risk: a review of causal pathways. *Environ. Res. Commun.* 6. <https://doi.org/112002>

Wæver, O. (1998). Securitization and Desecuritization. In *On Security*. Lipschutz, R. (Ed.) New York: Columbia University Press.

Webel, C. (2007). Introduction: toward a philosophy and metapsychology of peace. In C. Webel & J. Galtung, *Handbook of Peace and Conflict Studies* (pp. 3-13). Routledge.



Waltz, K. (1979). *Theory of International Relations*. Addison-Wesley Publishing Company, Inc.

World Bank (2011). *World development report. Conflict, Security, and Development*.

World Commission on Environment and Development (1987). *Our Common Future*.

Wolfe, C. (2010). *What is Posthumanism?* University of Minnesota.

Woodward, S. L. (2017). *The Ideology of Failed States. Why intervention fails*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316816936>.

Woomer, A. (2018). *Conflict Sensitivity and Conservation: Evaluating Design, Implementation & Practice-Doctor of International Conflict Management Dissertations*. Kennesaw State University. https://digitalcommons.kennesaw.edu/incmdoc_etd/18.